

Ministério da Economia

APLICAÇÃO: 2020

TARDE

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, DE PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELCTUAL DE NÍVEL SUPERIOR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (**desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva**). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

A cidadania na cidade inteligente é matéria complexa. Recente evento corporativo para o setor público promovido por uma multinacional de tecnologia definiu o cidadão como um consumidor de serviços. Um dos responsáveis por esse argumento é o economista Albert O. Hirschman. Em 1970, Hirschman publicou estudos relacionando a fidelidade de pessoas a empresas e a governos com a capacidade de escuta dessas organizações.

De acordo com Hirschman, não atentar às necessidades de seu público fará com que ele procure alternativas: a competição no caso de firmas e a oposição no caso de governos. Segundo o autor, escutar seu público e levar em conta suas considerações garantiria a qualidade no serviço prestado, o que, por sua vez, criaria lealdade para com a organização ofertante. Por trás desse estudo, está a ideia de que um governo e uma firma possam, em certa medida, funcionar da mesma maneira. Ainda que isso seja em parte possível, tal fato não torna o cidadão um consumidor, muito pelo contrário.

Vejamos. Se um bem público fosse um bem de consumo, ele poderia ter seu acesso controlado pelo preço, regulado por oferta e demanda. Bens públicos são públicos justamente porque são bens não rivais e não possuem paralelo de possibilidade de oferta, ou são essenciais e seu provisionamento em quantidade, qualidade e tempo hábil desafia a lógica empresarial e de mercado.

Em saneamento, por exemplo, limitar sua oferta implica incremento de doenças e aumento de custos com saúde pública. E a alternativa, não gastar com isso, é a morte. Portanto, não se trata de condições normais de mercado, mas de investimento social, de sua obrigatoriedade. Isso posto, é natural perguntar se não seria necessário garantir o direito de cidadania antes do de consumo.

É importante ter em mente que o cidadão não é — e jamais será — um consumidor, mas, sim, um beneficiário. Bem público não é bem de consumo, mas direito político pleno de acesso e usufruto. Entretanto, isso não significa que não se deva procurar eficiência e rentabilidade na economia do setor público. Tampouco implica abandonar pleitos por qualidade. Mas resulta em perceber que a qualidade está subscrita ao direito de acesso e usufruto, e não à possibilidade de seu consumo.

André Leiner. O cidadão, o consumidor e as cidades inteligentes.
Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior.

- 1 O economista Albert O. Hirschman contribuiu para a definição de cidadão como consumidor de serviços, cujas necessidades devem ser atendidas pelas organizações, tanto governamentais quanto empresariais.
- 2 Para o autor do texto, os bens públicos são bens de consumo e seu acesso deve ser controlado pelo preço, regulado por oferta e demanda.

- 3 Feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, a correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas caso o ponto empregado logo após a forma verbal “Vejamos”, no início do terceiro parágrafo, fosse substituído por **dois-pontos**.
- 4 Em “Tampouco implica abandonar pleitos por qualidade” (último parágrafo), o advérbio “tampouco” poderia ser substituído pela expressão “tão pouco” sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto.
- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à possibilidade” (último período do texto) é exigido pela palavra “subscrita”, que está subtendida logo após o “não”, e pela presença do artigo definido **a**.

Espaço livre

A diferenciação entre zonas centrais e regiões marginais — centros e periferias — encontra-se hoje em várias ordens de grandeza em comunidades, distritos, países e grupos inteiros de países. Numa cidade, a atividade comercial concentra-se geralmente numa zona determinada; em cada país há regiões nas quais se concentra mais fortemente a atividade econômica, do que em outras.

A diferença entre regiões centrais e regiões periféricas está baseada em uma multiplicidade de contrastes — geográficos, econômicos e sociais — que, em toda a sua diversidade, também apresentam, em seu contexto, elementos comuns essenciais.

Os centros são primariamente grandes cidades ou cidades de dimensão média, sendo periferias as zonas de economia rural. As aldeias constituem centros menores na periferia.

Diante das periferias, os centros são, sob alguns aspectos, privilegiados. Sob perspectiva geométrica, a soma das distâncias entre o ponto central e quaisquer pontos do interior é menor do que entre um ponto da periferia (qualquer que seja esse ponto) e qualquer ponto no interior. Em torno de uma grande cidade (de uma megalópole), encontram-se as maiores artérias de circulação ordenadas de forma radial e não em círculos concêntricos. As vias de uma periferia à outra conduzem, por isso, com frequência através do centro — também quando isso exige maiores desvios.

Para cada tipo de troca (como trânsito, comércio, turismo, transmissão de conhecimentos), os centros oferecem especiais vantagens. Eles dispõem de uma infraestrutura mais rica do que as regiões marginais, e os contatos sociais são mais densos. Hospitais, universidades, institutos de pesquisa, instituições culturais, museus, teatros, salas de concerto etc. encontram-se predominante ou exclusivamente em centros. As possibilidades de formação são mais diversificadas e de melhor qualidade. Mercados de centro se destacam por ofertas mais ricas do que os mercados das periferias. O nível de vida é mais alto, os salários são mais altos, mas também os custos de manutenção da vida são mais altos.

Nos centros, com relação à vida social, vigora uma cultura pluralista, as pessoas são mais individualistas, mas também mais flexíveis do que nas periferias. No interior a cultura é mais fortemente presa à tradição, a mobilidade social é menor, a vida decorre mais calma e vagorosamente, e as pessoas se movimentam menos apressadamente. Quanto às atitudes mentais e intelectuais, elas também são, em geral, menos ágeis e, com frequência, mais conservadoras.

Thomas Kelssering. *Dentro e fora. Centro e periferia*. In: *Ética, política e desenvolvimento humano: a justiça na era da globalização*. Trad. Benno Dischinger. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007, p. 171-2.

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e às construções linguísticas do texto precedente.

- 6 Uma estrutura de centro e periferia surge, com frequência, por razões e fatores bem diversos, conforme o texto.
- 7 A correção gramatical do texto seria mantida se o vocábulo “que” (segundo parágrafo), fosse substituído por **onde**.
- 8 O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos se o período “Diante das periferias, os centros são, sob alguns aspectos, privilegiados” (início do quarto parágrafo) fosse reescrito do seguinte modo: Os centros são privilegiados em relação às periferias em alguns aspectos.
- 9 No trecho “Em torno de uma grande cidade (de uma megalópole)”, os parênteses foram empregados para isolar um trecho de caráter explicativo.
- 10 De acordo com as ideias do texto, as distâncias a serem percorridas entre as periferias são menores que as distâncias a serem percorridas entre as periferias e os centros.

- 11 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e das ideias nele expressas, o período “O nível de vida é mais alto, os salários são mais altos, mas também os custos de manutenção da vida são mais altos”, ao final do quinto parágrafo, poderia ser reescrito da seguinte forma: O nível de vida e os salários, assim como os custos de manutenção da vida, são mais altos.
- 12 A correção gramatical do texto seria mantida caso as vírgulas que isolam o trecho “com relação à vida social” (início do último parágrafo) fossem suprimidas.

Desde pequeno, tive tendência para personificar as coisas. Tia Tula, que achava que mormaço fazia mal, sempre gritava: “Vem pra dentro, menino, olha o mormaço!” Mas eu ouvia o mormaço com M maiúsculo. Mormaço, para mim, era um velho que pegava crianças! Ia pra dentro logo. E ainda hoje, quando leio que alguém se viu perseguido pelo clamor público, vejo com estes olhos o Sr. Clamor Público, magro, arquejante, de preto, brandindo um guarda-chuva, com um gogó protuberante que se abaixa e levanta no excitação da perseguição. E já estava devidamente grandezinho, pois devia contar uns trinta anos, quando me fui, com um grupo de colegas, a ver o lançamento da pedra fundamental da ponte Uruguaiana-Libres, ocasião de grandes solenidades, com os presidentes Justo e Getúlio, e gente muita, tanto assim que fomos alojados os do meu grupo num casarão que creio fosse a Prefeitura, com os demais jornalistas do Brasil e Argentina. Era como um alojamento de quartel, com breve espaço entre as camas e todas as portas e janelas abertas, tudo com os alegres incômodos e duvidosos encantos de uma coletividade democrática. Pois lá pelas tantas da noite, como eu pressentisse, em meu entredormir, um vulto junto à minha cama, sentei-me estremunhado e olhei atônito para um tipo de chiru, ali parado, de bigodes caídos, pala pendente e chapéu descido sobre os olhos. Diante da minha muda interrogação, ele resolveu explicar-se, com a devida calma:

— Pois é! Não vê que eu sou o sereno...

Mário Quintana. In: *As cem melhores crônicas brasileiras*. São Paulo: Objetiva, 2007.

No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os próximos itens.

- 13 No trecho “E já estava devidamente grandezinho, pois devia contar uns trinta anos”, há um efeito surpresa decorrente da explicação oferecida pelo autor ao que ele considera “devidamente grandezinho”.
- 14 No texto, a letra maiúscula é empregada em todos os substantivos que nomeiam aquilo que o autor personificava, seja quando criança, seja já adulto, para indicar tratar-se de nome próprio.
- 15 A inserção de uma vírgula logo após “protuberante”, no trecho “com um gogó protuberante que se abaixa e levanta no excitação da perseguição”, manteria a correção gramatical do período e seu sentido original.
- 16 Em “Tia Tula, que achava que mormaço fazia mal, sempre gritava: ‘Vem pra dentro, menino, olha o mormaço!’”, os termos “Tia Tula” e “menino” desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem, o que justifica o fato de serem isolados por vírgulas.
- 17 No trecho “Era como um alojamento de quartel”, o termo “como” foi empregado no sentido de **conforme**, para indicar que o casarão referido no período “E já estava ... Argentina.” fora construído em forma de quartel.
- 18 Infere-se do trecho “Mas eu ouvia o mormaço com M maiúsculo” que, quando era criança, o autor do texto desconhecia o significado da palavra “mormaço”, já que imaginava tratar-se de uma pessoa.

Sou feliz pelos amigos que tenho. Um deles muito sofre pelo meu descuido com o vernáculo. Por alguns anos ele sistematicamente me enviava missivas eruditas com precisas informações sobre as regras da gramática, que eu não respeitava, e sobre a grafia correta dos vocábulos, que eu ignorava. Fi-lo sofrer pelo uso errado que fiz de uma palavra no último **Quarto de Badulaques**. Acontece que eu, acostumado a conversar com a gente das Minas Gerais, falei em “varreção” — do verbo “varrer”. De fato, tratava-se de um equívoco que, num vestibular, poderia me valer uma reprovação. Pois o meu amigo, paladino da língua portuguesa, se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário. O certo é “varrição”, e não “varreção”. Mas estou com medo de que os mineiros da roça façam troça de mim, porque nunca os ouvi falar de “varrição”. E se eles rirem de mim não vai me adiantar mostrar-lhes o xerox da página do dicionário. Porque para eles não é o dicionário que faz a língua. É o povo. E o povo, lá nas montanhas de Minas Gerais, fala “varreção”, quando não “barreção”. O que me deixa triste sobre esse amigo oculto é que nunca tenha dito nada sobre o que eu escrevo, se é bonito ou se é feio. Toma a minha sopa, não diz nada sobre ela, mas reclama sempre que o prato está rachado.

Rubem Alves. Internet: <rubemalves.uol.com.br> (com adaptações).

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os seguintes itens.

- 19 O texto contrapõe duas formas distintas de entender o uso da língua portuguesa: a do “amigo oculto”, que preza pelas regras de gramática e de grafia; e a do autor, que preza pelas formas da linguagem popular.
 - 20 Em “Acontece que eu, acostumado a conversar com a gente das Minas Gerais, falei em ‘varreção’ — do verbo ‘varrer’”, o sujeito da oração iniciada com “Acontece” é indeterminado.
 - 21 Depreende-se dos sentidos do texto que o vocábulo “vernáculo”, no segundo período do texto, refere-se à variante popular rural da língua portuguesa falada no Brasil.
 - 22 No trecho “Por alguns anos ele sistematicamente me enviava missivas eruditas”, o termo “sistematicamente” poderia ser deslocado para imediatamente após o termo “enviava” — **me enviava sistematicamente** — sem prejuízo do sentido original do texto.
 - 23 No trecho “Fi-lo sofrer pelo uso errado que fiz de uma palavra no último **Quarto de Badulaques**”, a substituição de “Fi-lo” por **O fiz**, forma mais comum no português do Brasil, manteria a correção gramatical do trecho, de modo que é possível concluir que a escolha do autor visa ironizar a visão que seu amigo tem sobre a língua.
 - 24 Considerando-se os sentidos do texto, é correto afirmar que, nos dois últimos períodos, o autor faz uma reflexão sobre a dicotomia forma e conteúdo, a partir da opinião de seu amigo sobre seu texto.
 - 25 A supressão da forma pronominal “me”, em “E se eles rirem de mim não vai me adiantar mostrar-lhes o xerox da página do dicionário”, manteria o sentido original do texto.
- A respeito de ética na administração pública, julgue os itens a seguir.
- 26 A ética, classificada pela doutrina como uma ciência de caráter teórico e universal, ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.
 - 27 A Constituição Federal de 1988 impõe à administração pública obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; tais princípios são juízos abstratos de valor que devem orientar a interpretação e a aplicação das regras, bem como pautar todos os atos administrativos.
 - 28 Desde a Constituição Federal de 1988, o regime democrático confere ao cidadão ferramentas como o voto e a participação direta na elaboração do orçamento público e nos conselhos de políticas públicas, destinadas a prever e a regular situações em que a conduta do agente público possa ofender o sistema de valores da administração pública.
 - 29 O agente público não pode desprezar o elemento ético de sua conduta, o que significa que ele deverá decidir somente entre o ilegal e o legal, uma vez que a função pública impede que ele deixe de cumprir os deveres impostos por lei.
- Acerca de atos de improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.
- 30 O fato de um servidor público utilizar veículo da administração pública para fins particulares em seu horário de almoço não configura prática de ato de improbidade administrativa, desde que seu superior hierárquico autorize tal uso, embora possa ser considerada antiética.
 - 31 Servidor público que, em troca de vantagens, decida requerimento favorável ao interessado pratica ato de improbidade administrativa, estando sujeito às cominações de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e ressarcimento integral do dano, entre outras.
 - 32 **Situação hipotética:** Determinado prefeito determinou pagamento a pessoas que prestavam serviços de forma irregular ao município, bem como ordenou despesas relacionadas a obra não realizada, tendo liberado verbas públicas sem a estrita observância das normas pertinentes ao processo licitatório. **Assertiva:** O referido prefeito, embora seja considerado agente político, está sujeito à Lei de Improbidade Administrativa.
 - 33 **Situação hipotética:** Determinado servidor público do Poder Executivo federal agiu negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público: foi omissivo em relação à dilapidação de diversos bens e obras de arte que foram seriamente danificadas em incêndio, o que causou prejuízo ao erário. **Assertiva:** Apurados os danos causados ao patrimônio público, poderá ser aplicada a esse servidor multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração por ele recebida, entre outras sanções.

Considerando as regras da Lei federal n.º 12.846/2013 e suas alterações, julgue os próximos itens.

- 34** Partido político que obtenha doação proveniente de desvio de dinheiro público poderá sofrer as sanções da referida lei pela conduta lesiva à administração pública, como sujeito ativo, por constituir pessoa jurídica de direito privado.
- 35** De acordo com a lei em questão, são independentes as responsabilidades da pessoa jurídica e da pessoa natural, de modo que é possível a responsabilização da pessoa jurídica por ato ilícito praticado, mesmo que nenhuma pessoa natural o seja.
- 36** O acordo de leniência poderá ser celebrado com pessoa jurídica que cometa ato lesivo contra a administração pública, desde que da colaboração resulte a identificação de outros envolvidos no ato de corrupção ou, opcionalmente, a obtenção de informações que comprovem o ilícito sob apuração.

De acordo com as disposições da Lei n.º 12.527/2011 (LAI), julgue os itens a seguir.

- 37** A LAI garante o direito do interessado de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada, mesmo estando tal informação protegida com informação parcialmente sigilosa, assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- 38** As fundações públicas, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), devem disponibilizar, de maneira sistemática, todas as suas informações, salvo aquelas referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cuja divulgação possa ameaçar a segurança do Estado.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994.

- 39** Servidor público federal em férias publicou mensagem em suas redes sociais sobre o comportamento de outro colega de trabalho, de forma ofensiva e antipática. Nessa situação hipotética, embora a mensagem não tenha partido do local de trabalho e tenha sido feita fora do horário de serviço, a conduta do servidor fere o código de ética profissional.
- 40** Raul é visto habitualmente embriagado fora de seu horário de expediente, sendo, inclusive, conhecido pelas pessoas mais próximas como pé inchado; porém, cumpre suas atividades com zelo durante o horário de trabalho, não se atrasa e tampouco falta ao serviço. Nesse caso, a conduta de Raul não fere a ética do serviço público.

A respeito de ferramentas do Windows, julgue os itens a seguir.

- 41** No Windows Explorer, os arquivos são elementos de armazenamento de informação, e as pastas são objetos para a organização dos arquivos.
- 42** A visualização de arquivos do Windows Explorer, no modo lista, permite que um arquivo seja identificado e classificado por nome, tipo ou data de modificação.
- 43** No Internet Explorer, é possível abrir várias janelas dentro de uma mesma guia do navegador.
- 44** Instalados em navegadores da Web, os complementos são aplicativos utilizados para permitir que determinados conteúdos sejam exibidos na tela.
- 45** No Bing, ferramenta de busca da Microsoft, é possível fazer a pesquisa visual utilizando-se uma imagem, em vez de apenas um texto ou caracteres digitados.

Com relação aos conceitos de segurança da informação, julgue os itens subsequentes.

- 46** O uso de códigos maliciosos, ou *malwares*, permite que pessoas mal-intencionadas roubem a identidade de um usuário da Internet para fins criminosos.
- 47** Nas redes sociais, ocorre a propagação de notícia falsa quando um usuário compartilha livremente conteúdo sem verificar a veracidade ou procedência das informações.
- 48** O uso de soluções baseadas em nuvem (*cloud computing*) é um serviço que está além da armazenagem de arquivos e que pode ser usado para serviços de virtualização e hospedagem de máquinas Linux e Windows e, ainda, para bancos de dados.
- 49** O *backup* de dados de um computador pode ser feito de maneira simples: basta copiar os dados de uma unidade para outra, de preferência uma unidade removível externa como *pendrives* (baixa capacidade) ou HDs externos (alta capacidade).
- 50** No *backup* diferencial, é realizada apenas a cópia dos arquivos alterados e que estiverem diferentes em relação ao último *backup*.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que tange aos princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens a seguir.

- 51** Conforme o princípio da proveniência territorial, os documentos produzidos por representações diplomáticas devem permanecer em seu território ficto.
- 52** O princípio de respeito aos fundos é uma subdivisão do princípio da proveniência.
- 53** O princípio do respeito à ordem original preceitua que os documentos arquivísticos devem conservar o arranjo dado pelo seu produtor.
- 54** O princípio da pertinência permanece como um paradigma em vigor na prática arquivística contemporânea.

Em relação às políticas públicas de arquivo e à legislação arquivística, julgue os itens que se seguem.

- 55** É finalidade do Conselho Nacional de Arquivos definir a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.
- 56** São arquivos municipais os arquivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 57** Cabe ao Ministério da Economia solicitar ao ministro da Justiça e Segurança Pública a assistência técnica do Arquivo Nacional para a orientação necessária à preservação e à destinação do patrimônio documental acumulado por órgãos e entidades extintos.
- 58** Não são considerados arquivos públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por organizações sociais reconhecidas pelo Poder Executivo.

Em relação às normas nacionais e internacionais de arquivo, julgue os itens seguintes.

- 59** As normas ISAD(g) e ISAAR(CPF), do Conselho Internacional de Arquivos, foram adaptadas para a realidade brasileira, tendo resultado na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).
- 60** De acordo com o código oferecido pelo Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), tais entidades devem permitir acesso sem restrições ao seu acervo.
- 61** A adoção da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) possibilita a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional ou internacional.

No que se refere aos sistemas e redes de arquivos, julgue os próximos itens.

- 62** Os arquivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário integram o Sistema Nacional de Arquivos.
- 63** O Arquivo Nacional é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA) da administração pública federal.
- 64** O Sistema Nacional de Arquivos não pode ser integrado por pessoas físicas e jurídicas de direito privado.
- 65** Compete ao Arquivo Nacional, por proposta do Conselho Nacional de Arquivos, declarar arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas como de interesse público e social.

Julgue os itens a seguir, com relação à gestão de documentos e da implementação de programas de gestão de documentos na administração pública federal.

- 66** Os instrumentos de classificação e temporalidade relativos às atividades finalísticas podem ser aplicados assim que estejam aprovados pela Comissão de Avaliação de Documentos da instituição do Poder Executivo federal a que se referem.
- 67** O estabelecimento de prazos de guarda de documentos arquivísticos na tabela de temporalidade deve primar pela observância às questões de memória.
- 68** O esquema de classificação aprovado para o Poder Executivo federal adota a mecânica do Sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), utilizado em bibliotecas.

A respeito do diagnóstico da situação arquivística e da realidade arquivística brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 69** No diagnóstico em relação às massas documentais acumuladas, devem-se observar a existência ou a ausência de padronização de uso de mobiliário e embalagens.
- 70** Ao mensurar documentos empilhados ou empacotados em uma estante, deve-se medir a altura de cada pilha, somando-se os resultados.
- 71** Apesar das dificuldades de funcionamento, a maioria dos municípios brasileiros dispõe de um arquivo público em funcionamento.

No que diz respeito a recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos, julgue os itens subsequentes.

- 72** A autuação de documentos avulsos para a formação de processos é uma atividade de protocolo.
- 73** O Número Único de Protocolo (NUP) deve ser, necessariamente, atribuído pelos órgãos da administração pública federal a todos os processos e documentos avulsos.
- 74** Apenas quando se tratar de servidores da alta administração será feita a emissão de documentos de caráter particular pelo órgão ou pela entidade da administração pública federal.
- 75** É obrigatória a autuação do documento avulso para a formação de processo se o assunto tratado requerer análises ou pareceres.

Acerca das funções arquivísticas de classificação, avaliação e descrição, julgue os itens que se seguem.

- 76** Os métodos de classificação de documentos de arquivos podem ser de três tipos: funcional, organizacional e por assuntos.
- 77** No Brasil, os planos de classificação de documentos de arquivo são elaborados exclusivamente de acordo com uma análise funcional dos negócios da instituição, fundamentada em normas internacionais.
- 78** O princípio da proveniência, em seus dois graus, é o ponto de partida para a classificação de documentos de arquivo.
- 79** Para que a macroavaliação seja aplicada, é necessário que os documentos sejam classificados de acordo com a estrutura organizacional das instituições.
- 80** Dois métodos de avaliação de documentos de arquivo são a teoria dos valores de Schellenberg e a abordagem canadense denominada avaliação funcional.
- 81** O resultado do processo de avaliação pode ser concretizado na tabela de temporalidade, no plano de destinação ou no plano de arquivos.
- 82** A descrição tem dois objetivos: o controle e o acesso.
- 83** Não há normas nacionais nem internacionais de descrição, o que dificulta o esforço por um padrão intercambiável que possa ser reconhecido.
- 84** A descrição de documentos de arquivo depende da classificação, que auxilia na manutenção do contexto de criação dos documentos.

No que se refere às funções arquivísticas de criação, aquisição, difusão e preservação, julgue os itens que se seguem.

- 85** A função arquivística mais impactada pelo ambiente digital é a função criação de documentos.
- 86** A função aquisição refere-se às formas de alienação dos acervos arquivísticos.
- 87** A transparência ativa da instituição é uma das formas de difusão dos documentos de arquivo.
- 88** A preservação dos documentos pelo arquivista é afetada, principalmente, pelas dificuldades de emulação.

Julgue os próximos itens, relacionados à análise tipológica dos documentos de arquivo.

- 89** A análise tipológica pode ser feita a partir da análise diplomática e da análise proveniência.
- 90** O emprego da tipologia documental no que-fazer-arquivístico apresenta como vantagem um melhor entendimento da composição das séries documentais.
- 91** A análise tipológica permite verificar a possibilidade de os documentos serem digitalizados.
- 92** Um elemento comum em todas as propostas de análise tipológica é o contexto de criação dos documentos.
- 93** Abaixo-assinado, carta precatória, cédula de identidade e diretriz orçamentária são exemplos de tipos documentais.

Acerca dos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD), das políticas de acesso e da microfilmagem, julgue os itens que se seguem.

- 94** A informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico é um documento arquivístico digital.
- 95** A inclusão do plano de classificação no sistema informatizado de gestão arquivística de documentos é um requisito obrigatório.
- 96** Pertence ao grupo de requisitos funções administrativas o requisito que estabelece que um SIGAD deve estar de acordo com a legislação e as normas pertinentes.
- 97** É altamente desejável que um dos requisitos estabeleça que um SIGAD seja capaz de manter, para cada documento ou dossiê/processo, o histórico das movimentações e transferências de mídia sofridas por esses documentos.
- 98** A especificação do esquema de metadados envolve quatro etapas, entre as quais a identificação dos metadados referidos no e-ARQ Brasil.
- 99** As políticas de acesso estão vinculadas diretamente às funções aquisição e avaliação de documentos.
- 100** A microfilmagem de série de documentos deve ser precedida por uma folha de abertura.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva, a ser julgada com base nas regras da Lei n.º 13.681/2018, sobre o disposto nas Emendas Constitucionais n.º 60/2009, n.º 79/2014 e n.º 98/2017, que dispõem sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-territórios federais integrantes de quadro em extinção.

- 101** Maria, contratada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho – RO em 15/4/1987, mantém o vínculo empregatício, amparada pelo mesmo contrato de trabalho, e é servidora do mesmo órgão até a presente data. Nessa situação, Maria tem direito à transposição assegurada na Lei n.º 13.681/2018.
- 102** Carla foi contratada pelo estado de Rondônia em 3/3/1986 para o cargo de professora. Em 1988, ela fez concurso e passou a ser estatutária. Em 2000, ela pediu exoneração e mudou-se para o Paraná, onde até hoje exerce o cargo de professora estadual. Nessa situação, Carla possui requisitos para optar pela transposição assegurada na Lei n.º 13.681/2018.
- 103** Ângela encontrava-se no exercício de suas funções, prestando serviço à administração pública do ex-território do Amapá, na data em que este foi transformado em estado e, oportunamente, optou por incorporar-se aos quadros da União. Em 2013, ela foi afastada por motivos de saúde e, em 2015, aposentou-se por invalidez. Nessa situação, Ângela faz jus à inclusão nos quadros em extinção assegurados pela Lei n.º 13.681/2018.
- 104** João foi contratado pelo estado de Rondônia em 15/2/1987, pelo regime celetista, e foi exonerado no ano de 2000, por decreto do governador, em razão de adequação das despesas de pessoal da administração pública estadual. Nessa situação, João tem direito à transposição assegurada na Lei n.º 13.681/2018, mas se aplicará a supressão de vantagem concedida por decisão judicial, ainda que transitada em julgado.
- 105** José passou à condição de servidor da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá na data em que esse ex-território federal foi transformado em estado. Nessa situação, José poderá optar pela sua inclusão nos quadros da administração pública federal, já que satisfaz aos requisitos de enquadramento.

106 Leda, servidora pública efetiva do Ministério Público do Estado de Roraima, encontrava-se no exercício regular de suas funções, prestando serviço a esse ex-território federal, na data em que ele foi transformado em estado. Nessa situação, Leda poderá optar pela sua inclusão nos quadros em extinção da União.

Considerando o disposto na Lei n.º 13.681/2018, sobre direitos dos servidores civis, militares e empregados dos ex-territórios federais integrantes de quadro em extinção, julgue os itens a seguir.

107 A lei prevê o ingresso, nos quadros em extinção da União, de pessoas que comprovem que tiveram vínculo empregatício ou de trabalho, ainda que precário, com o governo dos estados e respectivos municípios dos ex-territórios federais de Roraima, Amapá e de Rondônia, no período estabelecido na lei, mesmo que tais pessoas não tenham mais vínculo com nenhum desses estados ou seus municípios.

108 Os servidores e empregados pertencentes ao quadro em extinção da União e oriundos dos ex-territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima, bem como de seus municípios, poderão ser cedidos para outros entes federativos e para entidades da administração pública federal indireta, porém, nessa hipótese, permanecerão lotados no quadro em extinção da União, não podendo seus cargos e empregos ser redistribuídos para outros órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, cujas vagas terão fim após sua vacância ou rescisão do contrato de trabalho.

109 Empregado do estado de Rondônia admitido em quadro da União e enquadrado em cargo e função equivalentes àqueles que ocupava na estrutura estadual, com remuneração e plano de cargos competentes para o referido cargo, deve ser submetido ao regime jurídico disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho.

No que diz respeito ao quadro em extinção dos servidores e empregados dos ex-territórios federais regulamentado pelo Decreto n.º 9.324/2018, julgue os seguintes itens.

110 Servidores e empregados dos antigos territórios federais do Amapá e de Roraima que possuíam vínculos empregatícios com empresas de direito privado contratadas pela União e que optarem pela inclusão farão parte de quadro em extinção, cujas vagas terão fim após sua aposentadoria.

111 O direito de opção pela inclusão nos quadros em extinção da União, nos termos do citado decreto, é ato personalíssimo, logo só pode ser exercido pelo próprio interessado.

Com relação aos direitos dos servidores e empregados inativos, pensionistas e aposentados dos estados de Rondônia, Amapá e Roraima, julgue o item a seguir.

112 A Emenda Constitucional n.º 60/2009, que regulamenta direitos dos servidores e empregados do estado de Rondônia, não permite que aposentados e pensionistas sejam optantes da transposição, no entanto, com a publicação da Emenda Constitucional n.º 79/2014, dispôs-se que os proventos das aposentadorias, pensões, reformas e reservas remuneradas passassem a ser mantidos pela União.

Considerando o Decreto n.º 10.020/2019, que dispõe sobre a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), julgue os itens a seguir.

113 A estrutura da CEEXT constitui-se de duas câmaras de julgamento e uma recursal para cada ex-território, cada qual composta por quatro membros, todas instaladas na estrutura do Ministério da Economia.

114 As câmaras de julgamento da CEEXT não possuem discricionariedade em sua competência para analisar requerimentos de opção e documentação apresentados por servidores e empregados dos ex-territórios, porém podem agir de ofício, por exemplo, no reexame de requerimentos que tenham sido indeferidos até a data de publicação do Decreto n.º 9.823/2019, mas cujos fundamentos tenham sido alterados.

115 O presidente geral da CEEXT e seu substituto são escolhidos e designados pelo secretário especial de desburocratização, gestão e governo digital do Ministério da Economia, enquanto os presidentes de cada câmara da CEEXT e seus substitutos são escolhidos por eleição entre seus pares.

116 Servidor público federal em exercício no Distrito Federal que seja escolhido e designado como membro da CEEXT se dedicará integralmente às atividades dessa comissão enquanto a integrar, sendo sua participação considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Com base na Portaria SEDGG/ME n.º 13.278/2020, julgue os itens a seguir.

117 Em caso de impedimento ou afastamento de membros de uma das câmaras de julgamento da CEEXT em número que impeça a formação do quórum mínimo para a sessão, o presidente da CEEXT poderá designar, alternadamente, um dos membros de outra câmara de julgamento para compor o quórum mínimo.

118 Cada câmara de julgamento da CEEXT é responsável por analisar e decidir sobre requerimentos relacionados a cada um dos ex-territórios de Rondônia, de Roraima e do Amapá.

119 As decisões das câmaras de julgamento da CEEXT terão caráter terminativo, esgotando definitivamente a análise dos requerimentos de opção no âmbito da comissão.

120 Cabe ao presidente da CEEXT convocar as reuniões das câmaras de julgamento e providenciar as notificações, aos requerentes, das decisões das câmaras de julgamento.